

## Ata da Audiência Pública

### **Inclusão de Negras e Negros no Mercado de Trabalho nas Redes de Televisão.**

Aos 13 dias do mês de setembro de 2018, às 9 horas, no auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, ocorreu a audiência pública sobre inclusão de negras e negros no mercado de trabalho nas redes de televisão que visa cumprimento do Estatuto da Igualdade Racial, em especial no âmbito das empresas de telecomunicação. A audiência pública é um evento de iniciativa do Grupo de Trabalho de Raça do Ministério Público do Trabalho e foi concebida a partir do trabalho do referido grupo que encaminhou notificações recomendatórias para as seguintes emissoras: Globo, SBT, Record. Referidos instrumentos notificatórios, recomendam às emissoras a observância de deveres de conduta, os quais se constituem em pressupostos de constituição democrática e regular da relação de trabalho artístico, jornalístico, técnico e de produção, sob pena de, em não fazendo, o labor se tornar excludente e discriminatório. São eles os seguintes:

1. *“Instituir **Grupo de Trabalho e/ou Comitê** (observando a paridade na composição, inclusive com a possibilidade de participação de consultoria específica), assegurada a participação de atores negros e representantes de movimentos negros, para desenvolver **Plano de Ação/Trabalho** que contemple medidas aptas a garantir inclusão e a igualdade de oportunidades e de remuneração da população negra e equidade de raça e etnia nas relações de trabalho, tanto no acesso quanto no curso desta relação;*

2. *Oferecer o suporte técnico e financeiro necessário ao desenvolvimento dos programas e ações estabelecidos no Plano de Ação/Trabalho a ser elaborado;*

3. *Realizar de imediato **censo dos trabalhadores que prestam serviços à empresa, empregados ou não**, com recorte de raça/cor e gênero, de forma integral e com indicadores de gerência e diretorias, possibilitando a criação de um observatório permanente, transparente a todos os trabalhadores e trabalhadoras, para ser utilizado como ferramenta para a tomada de decisões estratégicas de conscientização, qualificação, contratação e ascensão profissional, censo este que deve ser atualizado de forma periódica;*

4. *Realizar **levantamento sobre a representação das pessoas negras e o número de artistas negros e negras que aparecem em telenovelas, séries, propagandas, programas de entretenimento, entre outros produtos, produzidos pela empresa bem como o de jornalistas e comentaristas;***

5. *Promover internamente ações de conscientização sobre o racismo na sociedade e, externamente, em mensagens publicitárias, programas jornalísticos e programação em geral, divulgação das ações e mensagens alusivas às datas simbólicas da luta e enfrentamento ao racismo, notadamente nos meses de julho (Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha) e novembro (Dia da Consciência Negra), visando à informação e sensibilização do corpo funcional para a valorização da diversidade racial na empresa e combate à discriminação histórica e estrutural presente na sociedade brasileira;*

6. *Elaborar campanhas pela promoção da igualdade e equidade raça/cor e gênero, como forma de fortalecer a cultura organizacional da diversidade na empresa, bem como apoiar campanhas de valorização da pessoa negra e de enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afro-brasileiras, reservando espaços de veiculação na sua programação*

*diária para campanhas institucionais e/ou de movimentos sociais que atuam no enfrentamento à discriminação racial e promoção da igualdade;*

*7. Contemplar a diversidade racial nas campanhas publicitárias da empresa e em todas as produções artísticas e jornalísticas realizadas, priorizando a participação de negros e negras no planejamento/criação e desenvolvimento das campanhas e produções;*

*8. Promover debates, fóruns, palestras, workshops, cursos, mesas redondas dentre outros, abordando a questão do viés inconsciente, racismo estrutural e institucional, privilégios e representatividade;*

*9. Adotar e implementar projeto voltado a assegurar a igualdade de oportunidades à população negra para ingresso nos quadros da empresa, revendo processos de seleção, capacitação, treinamento, podendo implementar ações afirmativas para assegurar a efetiva contratação de trabalhadores negros e negras para os postos de trabalho da empresa. O projeto deve considerar o acesso de jovens negros e negras a vagas de trainees, estágio, aprendizagem, entre outras, inclusive no âmbito da produção cultural e artística, escola de atores, jornalismo e todos os demais setores da empresa. Poderá utilizar o denominado "recrutamento às cegas", bem como exercer busca ativa junto às empresas de recrutamento específico de profissionais negros e negras, principalmente nas universidades, escolas técnicas e escolas públicas;*

*10. Abster-se de reproduzir situações de representações negativas ou estereótipos da pessoa negra que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência;*

*11. Garantir o acesso da população negra ao emprego/trabalho na empresa, em funções e ocupações em todos os níveis hierárquicos, nos diferentes setores e funções, em relação a trabalhadores empregados ou que mantenham outras formas de vínculo, inclusive nos programas de televisão atualmente veiculados pela emissora, garantindo a participação de atores e atrizes negros e negras em papéis protagonistas;*

*12. Assegurar a participação de atores e atrizes negros e negras em novelas e programas, dentre outros produtos, a fim de propiciar a representação da diversidade étnico-racial da sociedade brasileira, especialmente em cenários de população predominantemente negra, como no caso da novela "Segundo Sol", em que deverá fazer adequações necessárias no roteiro/produção, para observância dos princípios orientadores do Estado Democrático de Direito, entre estes a proibição de discriminação (artigos 3º e 5º da CRFB/88), traduzida de forma específica em relação às produções dos meios de comunicação nos artigos 43 e 44 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 - Estatuto da Igualdade Racial;*

*13. Adotar metas progressivas para contratação de trabalhadores (inclusive aprendizagem) que projetem a proporção de trabalhadores negros da PEA (População Economicamente Ativa), considerando-se o nível de escolaridade mínima porventura requerido para ingresso na empresa, em cada cargo<sup>1</sup>;*

*14. Abster-se, por quaisquer de seus representantes, sócios, administradores, gerentes ou pessoas que detenham poder hierárquico, de adotar,*

---

<sup>1</sup>. É de fundamental importância destacar que não será necessário demitir trabalhadoras e trabalhadores brancos para alcançar as metas acima, que poderá ser atingida com a utilização da rotatividade natural da mão-de-obra de cada empresa, desde que o quantitativo de trabalhadores que normalmente deixa a empresa, pelos mais diversos motivos, seja repostos com trabalhadores e trabalhadoras negras.

*admitir ou tolerar qualquer ato ou conduta que possa ser caracterizado como prática discriminatória contra o trabalhador negro.”*

A mesa de abertura foi integrada pelas seguintes autoridades: Dra. Luciana Tostes, representando o Procurador-chefe do MPT no Rio de Janeiro, Dra. Valdirene Assis, Coordenadora Nacional da Coordenadoria de Promoção à Igualdade e Combate à Discriminação do Ministério Público do Trabalho, Dra. Roberta Rosa Ribeiro, Promotora de Justiça, Dra. Elisiane dos Santos, Coordenadora do GT Raça da Coordenadoria de Promoção à Igualdade e Combate à Discriminação do Ministério Público do Trabalho, Dra. Livia Miranda, Defensora Pública no Rio de Janeiro; Alex Bolsas, Superintendente da SRTE do Rio de Janeiro; Dr. Marcos Vinícius, Presidente da OAB/RJ. A Procuradora do Trabalho da 1ª Região, **Luciana Tostes de Guadalupe**, neste ato representando o Procurador-chefe da PRT da 1ª Região, Fábio Villela, deu boas-vindas aos presentes, abriu o evento, falou da importância da discussão do tema bem como informou que a audiência pública foi idealizada no GT Raça que possui foco na igualdade racial nas empresas de telecomunicação e falar sobre a concretização do Estatuto da Igualdade Racial no âmbito deste setor, garantindo a necessidade representatividade. Explicou a metodologia a ser seguida na audiência pública, nos termos do Edital, consistente em falas dos especialistas, depois dos artistas e, após, franqueada a palavra aos representantes das empresas e movimentos sociais. A Procuradora Luciana Tostes explanou qual era o objetivo da audiência pública, ressaltando ser uma reunião de trabalho, com oportunidade de fala a todos as instituições e representações presentes por algum indicado. Esclareceu que foram convidados alguns especialistas e outras pessoas fizeram suas inscrições para fala no momento da inscrição para a audiência pública, conforme *link* divulgado. Esclareceu que todos ali presentes possuem compromisso com a temática até porque, se não fosse assim, nem teriam aceitado o convite do Ministério Público para debater a temática. Por fim, afirmou que a audiência pública não era um fim em si mesmo, sendo certo que, após o evento, seria necessária a concretização de iniciativas no sentido da promoção de igualdade racial nesse mercado de trabalho específico. Após, a Procuradora do Trabalho **Valdirene Silva de Assis**, Coordenadora da Coordigualdade, fez a saudação inicial e reforçou a importância do tema. Esclareceu que os trabalhos foram iniciados com 3 empresas de TV aberta. Que o que se busca é a defesa dos direitos das pessoas negras. Ressaltou que o MPT esteve presente no GNDH e que a Coordigualdade propôs e foi aprovado por membros de todo o MP brasileiro um enunciado a seguir:

“Considerando o Estatuto da Igualdade Racial, em especial o seu artigo 43, o Ministério Público brasileiro deve priorizar ações conjuntas voltadas ao fomento da representatividade da população negra nos meios de comunicação, em especial TV aberta, seja na programação, na realização de produtos de mídia, no acesso ao quadro funcional e progressão na carreira, por meio de grupos de trabalho, grupos de estudo, audiências públicas, expedição de recomendações, celebração de termos de compromissos e ajuizamento de ações judiciais.”

Foi passada a palavra à Dra. **Elisiane dos Santos** para uma breve saudação e a importância do evento e que este é um momento histórico dentro do MPT. Discutir a igualdade de oportunidades a negros e negras no mercado de trabalho. E que, em relação às TVs abertas, temos a questão da representatividade que é muito importante, especialmente em razão dos efeitos perversos de disseminação de racismo na sociedade, entre as crianças. Discorreu sobre o avanço nas

universidades com as cotas e que precisamos avançar no que diz respeito ao mercado de trabalho. Por fim, discorreu sobre a nota de repúdio à postura da Juíza contra a advogada negra que foi retirada de sala de audiência algemada no Fórum de Duque de Caxias. **Dra. Roberta Rosa Ribeiro, Promotora de Justiça**, saudou a todos e ressaltou que está trabalhando na assessoria de direitos humanos uma vez que no MP muitas vezes se limita a compreender o papel da instituição como apenas titular da persecução penal. Ressaltou a dificuldade interna, ainda, uma postura tímida do sistema de justiça na resposta criminal aos crimes de racismo. E, igualmente, sobre a falta de compreensão dos membros internamente, do racismo institucional e racismo estrutural. Falou da importância do posicionamento do MP estadual no que diz respeito ao episódio da advogada. Por fim, falou da necessária representatividade inclusive nas mesas diretoras. Inclusive do estranhamento das pessoas quanto a promotoras negras ocupando espaços de poder. **Dra. Livia Miranda Muller Drumond Casseres, Coordenadora do Núcleo Contra a Desigualdade Racial (NUCORA)**, saudou o MPT e sinalizou quanto este momento representa um a vanguarda no sistema de justiça protagonizado pelo MPT uma vez que está em consonância com os anseios sociais. Comentou do trabalho do MPT na inclusão de pessoas com deficiência, que modificou o mercado de trabalho e que agora está trabalhando para a inclusão racial que não é uma disputa vazia por poder. Que a representatividade da população negra nos espaços de poder é decisiva para modificar o racismo estrutural e institucional. Que tais ações são importantes para romper a perpetuação das desigualdades sociais e que o sistema de justiça não se limita a tratar a questão entre os limites individuais interpessoais que é uma pequena dimensão do racismo. Que o racismo estrutural é que precisa ser encarado e revertido. Relembrou o Dr. Wilson Prudente que foi o primeiro no RJ que veio a ocupar um espaço de poder, ainda quando estava na Universidade. **Dr. Alex Bolsas, Superintendente Regional do Trabalho** citou como a temática é cara para o MTe. Ressaltou a importância da sociedade civil na questão. Frisou a parceria com o MPT e com o MP Estadual, e colocou a fiscalização à disposição para trabalhar em parceria. Mencionou a existência da comissão de equidade de gênero, raça e PCD do Tem e que está sendo reativada para poder trabalhar de forma mais efetiva nesta temática com o objetivo de buscar uma sociedade mais humana e democrática. Que não é questão de inserção assistencialista neste setor. Que o talento está em todos os lugares, mas que precisam de um espaço no sentido da igualdade de oportunidades para ocupação desses espaços. **Dr. Marcus Vinícius, Presidente da Comissão de Justiça da OAB/RJ** saudou a todos. Ressaltou que a OAB possui compromisso com a temática e estará sempre sendo parceira nessa temática. Relembrou o ocorrido com a Dra. Valéria e informou que marcaram um desagravo na segunda feira no fórum de duque de Caxias. Relembrou que a forma como ela foi tratada e que é dessa forma que a população negra diuturnamente vem sendo tratada, em especial no presente momento em que a intolerância está latente na sociedade. Falou que o evento marca resistência e que marca uma possibilidade de discussão de ações afirmativas em todos os espaços. Ressaltou a recente decisão do supremo que tratou um caso típico de racismo como uma grosseria (caso do candidato Bolsonaro). E que a ideologia da nossa sociedade é reflexo da ideologia da classe dominante que é branca. Após, foi feita uma homenagem *in memoriam* ao Procurador do Trabalho Dr. Wilson Prudente, membro do Ministério Público do Trabalho, negro e militante em prol da igualdade racial e

não discriminação na sociedade, com destacado trabalho no Ministério Público do Trabalho. Foi exibido trecho de uma entrevista, em vídeo, extraída do Programa “Sala de Convidados. Entrevista” veiculado pelo YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=OOZT-V6NUho>) , no dia 14 de janeiro de 2012, em que o Procurador falava sobre ações afirmativas e representatividade, ressaltando a importância do cumprimento do Estatuto da Igualdade Racial, para efetiva inclusão da população negra na sociedade, em especial nos espaços de poder. Encerrados os trabalhos de abertura da audiência pública, foi formada a Mesa Diretora, composta pela Dra. Valdirene Silva de Assis, Dra. Elisiane dos Santos, conduzindo os trabalhos, e Dra. Ludmila Reis Brito, secretariando. Foram ouvidos especialistas na temática, na seguinte ordem:

**Joel Zito Araújo**, cineasta, roteirista, professor e pesquisador falou da importância do evento. Que é vanguardista e que espera que seja replicado em outros foros. Falou da profunda desigualdade existente no setor. Que se for feito um levantamento em todos os setores, que o segmento áudio visual é onde o racismo é mais profundo e sofre do racismo estrutural. Que a fala toda dele foi baseada em dados e que estes são contundentes. Primeiro dado; 54,9 % da população é de pretos e pardos; que são maioria populacional, mas são minoria política e nos espaços de poder; que a maioria não se reflete nas telas do cinema nem na TV. Referiu sobre a pesquisa do GEMA, da UERJ. Que as primeiras pesquisas datam dos anos 80; que no seu livro “A negação da do Brasil” levantou sobre os papéis dos negros na TV brasileira, como apareceram desde o início das telenovelas desde 66 até 98 quando concluiu o doutorado. Após, fez um trabalho sobre o negro na TV pública e que a desigualdade na TV pública era maior que nos canais privados (pesquisa feita em 2008). Que o GEMA começou a fazer um trabalho anual sobre a participação da negra. Que buscando avaliar os filmes mais vistos de 2012 a 2014, dos 919 atores, 71% era masculino, 28% feminino e 1 trans. Brancos são 65%, pretos 18%, pardos 14% e indígenas 1%. No cinema, 80 % foram realizados por homens brancos, 0% realizados por mulheres negras. Foi constatada igualmente pela ANCINE num outro universo de pesquisa em 2016, 142 longas metragens de filmes brasileiros onde homens brancos assinaram 107 filmes sendo 75,4%, mulheres brancas, 28 filmes, homens negros ficaram na direção de 3 filmes. Nenhum dirigido ou roteirizado por mulheres negras; que as funções de liderança nunca estão a cargo de população negra igualmente nos documentários e que, portanto, todas as histórias são contadas pelo homem branco. No elenco, negros representaram 13,4 % desses filmes. Que a naturalização da branquitude é tão profunda que nem ele mesmo tinha notado que os números são tão desiguais. Tal fato se repete nas telenovelas em seus primeiros 35 anos de história, em 1/3 das mesmas não apareceram negros nem como figurantes – dados coletados de 1973 a 1998. Os outros 2/3 representaram negros na figura de subservientes e serviçais (estereótipos) com protagonistas femininas brancas no papel de “salvadoras” com estereótipo que leva ao do mito da Princesa Isabel, libertadora escravocrata, sendo que 8,8% de nossas atrizes de telenovelas não são brancas. Que verifica recentemente um esforço de melhoria no setor. Que em 2004 a Globo colocou uma atriz negra como protagonista de uma novela – Taís Araújo como na novela “A Cor do Pecado”, 41 anos após Chica da Silva, ou seja, somente no século XXI a Globo – líder de audiência - apresenta novamente uma protagonista negra. Que na novela “Lado a Lado” tiveram como protagonistas um casal de negro e casal de brancos.

Falou da novela em que a atriz Ruth de Sousa perdeu os créditos ao longo da novela e que o mesmo ocorreu com a personagem “Helena” de Taís Araújo, onde ajoelhada leva uma tapa de uma mulher branca. O racismo já é uma aberração, mas os racistas as vezes são extremante cruéis; mencionou a série “Mr. Brown” que começou a debater a questão do racismo e preconceito. Citou a diferença que ocorre cinema americano onde representa 13,8%, mas que nas séries e TVs americanas aparentemente o número é maior uma vez que possuem representatividade. Ou seja: que as ações afirmativas foram, aos poucos, mudando o panorama audiovisual americano. E que não se trata de assistencialismo. Que se oferecerem igualdade oportunidades, os talentos aparecem, explodem nas telas e mostram sua lucratividade, a exemplo de Lázaro Ramos e Denzel Washington. Apesar de tudo rede Globo é a que mais se oportunidades ofereceu a atores e atrizes negros. Existe falta pesquisa dos canais pagos, o que seria muito importante de se verificar a real participação de atores negros e negras bem como roteiristas, cineastas e diretores. Tem-se a impressão que estão aparecendo mais personagens, mas ainda é pouco já que somos 54% da população; **Isabel Clavelin, Assessora de Comunicação da ONU Mulheres**, mencionou o direito humano da comunicação (artigo 19 da Declaração de Direitos Humanos); da importância de se garantir igualdade de oportunidades para a população negra. Apresentou a “Agenda 2030”; que no Brasil, está alicerçada com a década do afrodescendente de 2015 a 2024 sendo criada para eliminar o racismo onde precisamos de medidas concretas como foi referido pelos demais. Que a ONU mulheres trabalha com o ODS 5, igualdade de gênero e que está exercendo uma atividade de comunicação de forma a viabilizar a visibilidade das mulheres negras no setor de áudio visual - Mulheres negras rumo a um planeta 50-50. Citou a importância dos movimentos sociais, de se fazer cobranças públicas e políticas a respeito. Que a estratégia possui 3 mulheres que fazem o apoio público. Taís Araújo, Camila Pitanga e Juliana Paes Falou sobre um curso tratando de mídia e conteúdos colaborativos para um planeta 50-50 em 2030. Que os trabalhadores da comunicação estão em consonância com esse objetivo de efetivação de direitos. Que precisam trazer modelos inclusivos, viáveis, e trabalham por uma mídia sem racismo, em especial quanto ao imaginário social. Falou do efeito da falta de reconhecimento para crianças que não se reconhecem nos espaços de poder. Faz um *advocacy* nas redes sociais. Falou da campanha Vidas Negras, da ONU, com a participação de mulheres negras que precisam ser visibilizadas de forma a que possamos chegar num planeta 50-50. Apresentou um vídeo protagonizado por Camila Pitanga. Relembrou que o Brasil é o segundo país com o maior número de pessoas negras. Referiu o alto índice de violência perpetrado contra a juventude negra; **Mombaça (Genilson dos Santos), produtor fonográfico, pesquisador, diretor musical, autor teatral e jornalista, integrante da frente artística negra**. Que em 2014 começou a perceber uma série de eventos racistas ocorridos no mundo do futebol. Chamou um produtor e fez um *clip*, compôs uma canção e começou a convidar os participantes. Que Gilberto Gil virou padrinho do projeto. Que reuniu 27 artistas brasileiros e lançou 1 dia antes da copa. Pediu a distribuição para a Sony Music que, por sua vez, engavetou o projeto, não possuía um nome midiático para fazer o *clip*. E a partir disso, criou um movimento denominado frente artística negra. Que chegou à conclusão de arregimentação de pessoas negras pois os artistas não se sentem confortáveis em “bater” no sistema. Que ficam com receio de perderem seus espaços. Que possui dificuldade em citar

nomes, fazer relatos, com medo de repercutir negativamente até em termos de processos. Exemplificou que Neuza Borges sempre foi colocada na “geladeira”, por exemplo. Que como os principais interessados não protagonizam a luta acabou por criar uma estratégia de forma a visibilizar a população negra. Que está tentando juntar todos os negros de forma suprapartidária, supra religiosa, com todos os segmentos artísticos. Cantou o hino da frente. Falou da dificuldade de convergência de forma a possibilitar o salto de qualidade na questão da visibilidade da negritude. Comentou sobre cotas raciais para sertanejo universitário, por exemplo, existem pouquíssimas duplas sertanejas. Mencionou que um dos compositores mais gravados por Beth Carvalho morreu em situação de penúria. Que percebe que a ideologia do branqueamento possibilita apenas que exista um único ou única representante da população negra na mídia, a exemplo de Lázaro Ramos e Taís Araújo. Que o objetivo da frente é possibilitar o debate sempre com o compromisso com a juventude brasileira, com a renovação; **Marcele Maria de Oliveira (integrante da juventude da FAN)**, faz produção cultural. Falou sobre representatividade, sobre o tipo de trabalho que pode exercer. Que o reconhecimento do lugar do negro nos espaços de poder, em especial nas artes é cruel. Qual o lugar em que as crianças negras podem ocupar? Que para as crianças é importante essa referência. Que os negros precisam estar nos espaços de forma a garantir a importante representatividade. Questionou quais as portas que estão sendo abertas para a juventude negra. Que a televisão é formadora de opinião, razão pela qual é importante a sua representatividade. Falou da importância da comunhão de esforços de forma a garantir que a luta seja efetiva; **Sol Miranda, atriz e produtora, integrante do teatro negro**. Fez uma contextualização do teatro negro, que pauta questões filosóficas, políticas e sociais. Que o teatro brasileiro do século XVIII foi marcado por protagonistas negros eis que era uma atividade marcada por discriminação. Que, com a importância dada ao teatro por conta da influência europeia, houve a substituição dos atores negros e, igualmente, a impossibilidade de participação negra inclusive na plateia. Falou da importância de Martins Penna na questão dos estereótipos. Que a presença do negro é estereotipado e representa o preconceito social, é apenas coadjuvante e figurante, de forma apenas ridícula. O negro, nesse contexto, apenas continua reverberando sua própria desigualdade. Falar de teatro no Brasil é falar de desigualdade. No entanto, hoje existe um movimento de forma a trabalhar o negro não mais como subalterno, ocupando espaços diferentes. A corrente do teatro negro ainda está em construção e objetiva garantir a representatividade negra nesse espaço. Entende que a questão da inserção dos personagens negros precisa considerar a subjetividade da população negra e o quanto afeta as construções familiares e os modelos a serem seguidos. Que a reivindicação da população negra é muito antiga e que espera que daqui a 28 anos o filho dela, por exemplo, não venha a estar num espaço como esse falando da importância da representatividade negra nos espaços artísticos; **Eliana Alves Cruz, escritora e jornalista** agradeceu a oportunidade de participação. Que com felicidade verifica que este é o terceiro evento sobre a temática no sistema de justiça neste mês. Um momento histórico e sério neste país. Que se fala aqui da disputa das narrativas. Foi por 20 anos jornalista esportiva; cansou de ser a única negra num espaço de 2000 pessoas em Olimpíadas e Pan Americanos; destaca a importância da questão da solidão; que os poucos negros que chegam a ocupar os espaços de poder acabam sendo os únicos nas áreas. Leu

um poema escrito por ela. “Carta aos artistas “. Falou que a história é feita de palavras. Que o povo negro foi considerado apócrifo por muito tempo; com diáspora forçada, que o crime da escravidão acabou por apagar a história de toda a população negra; que é apagada todos os dias quando liga a televisão e assiste uma novela passada em Salvador cujo elenco é composto de 90% de personagens brancas mesmo sendo a cidade mais negra fora da África. Outra emissora a situação ainda é pior, é desesperador imaginar que sua filha ainda vai ter que passar por essa situação, que pelo menos entende que o racismo não é mais velado, é mais fácil lidar com que se vê, o problema era a violência velada sendo explícita faz com que a população negra possa reivindicar seus direitos. E não se trata de assistencialismo, mas de garantia de igualdade de oportunidades, no sistema de justiça a questão de representatividade negra ainda extremamente pequena no sistema de justiça fazendo com que o olhar seja diferenciado, pois traz uma visão de mundo diferenciada, e que a mesma lógica se aplica no audiovisual. Que a UNB fez uma pesquisa nas principais editoras e descobriu que 70 % dos autores são homens brancos, do Sudeste, com grau universitário; como que uma população de 54% negra possui uma história assim? Apenas existe um lado da história contada. E que a TV possui o domínio da narrativa e, igualmente, reproduz esse modelo. Que para o exterior, o Brasil é o que está sendo vendido nas novelas e que o estrangeiro assim que chega aqui verifica que a realidade é outra. Que é importante não só estar representado na tela, mas quem está por trás da tela, quem é que está contando essa história. Os papéis de escravos, por exemplo, a questão é a forma como esse escravo é retratado, “escravizado não tem fala”. Acontece aqui a desumanização do personagem quando se retira sua fala, igualando-o a um ser que não fala, o espaço de fala na TV é importante, quando falamos do trabalho precisamos falar da circulação econômica, não só da questão de fala e representatividade, o mercado quer o dinheiro do negro, mas não quer o negro, existe uma apropriação do trabalho do negro também. Não são os negros que estão ficando com o dinheiro, que não existe ascensão social para essa população. Muito se fala da meritocracia quando se exige heroísmo das pessoas, temos que parar de romantizar o sofrimento, isto é extremamente cruel. A população negra não precisa ser herói para ocupar um espaço; que a mídia adora reproduzir esse modelo como bacana e não trata da questão, na necessidade de discutir a igualdade de oportunidades. Que a escolarização foi negada à população negra desde a época do Brasil colônia e é até hoje. Falou da violência que exclui, reduzindo a humanidade e dignidade da pessoa negra; que são abordados na rua quando andam de chinelo e sem camisa pois já são tratados de forma desigual; e que esse modelo é replicado nas novelas e impactam nas pessoas que estão assistindo, diminuindo a estima da população. Existem várias formas de matar uma pessoa, se mata também quando se reduz sua cidadania, exclusão da sociedade que as levam a depressão. Já a redação jornalística precisa ser repensada, quem redige as notas de jornal tratam de forma completamente diferenciada o branco e o negro; **Angélica Basthi** , representante da **COJIRA – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial no Rio de Janeiro** é jornalista, escritora, professora e mestre em comunicação e cultura pela UFRJ, agradeceu a oportunidade e está representando a comissão de jornalistas pela igualdade racial e apoiam completamente a notificação recomendatória encaminhada pelo MPT. Que estão reunidos em 9 coletivos. Que a Federação dos Jornalistas vem trabalhando no sentido de garantir a inclusão de



profissionais negros jornalistas já que essa segregação não é mais aceitável, a mídia tem participado ativamente na produção e reprodução do racismo estrutural, inclusive nas novelas brasileiras e que, portanto, invisibilizam e subalternam a população negra. As imagens fixadas no imaginário social são determinantes para pautar o espaço social ao qual o negro está “destinado”. Comentou sobre a novela do globo, que apesar de terem permitido figurantes negros, continua a reproduzir um modelo em que a mulher negra ocupa um espaço de subalternidade, perpetuando o referido imaginário social em que o paradigma é branco e dominante e superior. Lembrou sobre dois âncoras de jornalistas negros e como a junção desses profissionais mostrou como existe distorção no sistema uma vez que dupla de jornalistas brancos âncoras é a realidade. Discorreu sobre o trabalho da Federação em prol da igualdade racial. Que na EBC, empresa pública, os dados mostraram que 69% são majoritariamente brancos; que em outras TVs como cultura igualmente reproduzem o modelo discriminatório. Ressaltou que a ação afirmativa é indutora de redução de desigualdades e que espera que as empresas de telecomunicações adotem ações afirmativas nos moldes da notificação recomendatória encaminhada pelo MPT e com base nos enunciados aprovados nas plenárias da Federação de Jornalistas. Leu os enunciados referidos. **Joel Luiz Costa, advogado criminalista e colunista da ANF** agência notícias das favelas e membro da REFORMA – Rede jurídica pela reforma política de drogas e do movimento das favelas do RJ. Falou sobre a representatividade; que a mídia possui o papel de forjar a cultura; que a sua formação enquanto advogado foi todo no meio branco eis que a periferia fica alijada desse processo; que se o profissional quer “subir profissionalmente” acaba sofrendo um processo de branqueamento nos espaços de pessoas brancas de forma a ser aceito. Isso, juntamente com a mídia dominante branca que está sendo constantemente “jogada para toda a população” acabou fazendo com que relegasse todo o povo, por exemplo, entender que a mulher bonita é a branca loira, por exemplo. Influencia a própria vida pessoal; que faz com que o próprio negro tenha dificuldade até de aceitação da própria negritude. Que a TV influencia essa construção de estereótipos para o negro, criando dificuldades para além até da questão profissional; que como advogado criminal, não encontra irmãos de cor como advogados, MP e juízes e advogados; que os negros são os réus. Relatou que algumas vezes que esteve no fórum de camiseta polo que o serventário perguntou se ele estava lá para “assinar”, ou seja, na condição de réu, de alguém que cometeu um ato infracional, que toda vez é doído esse processo; que pela cor ele é taxado e rotulado; e que a mídia possui uma importante papel na construção desses rótulos e preconceitos. Falou sobre a importância das mídias alternativas na forma de valorização de vivências próprias uma vez que a mídia é hegemônica. Que está escrevendo artigos e está tendo acesso na agência de notícias de favela; que essas mídias abrem espaço para a população negra sem que um editor branco mude a palavra por considerar “ofensivo”. Referiu, por fim, a falta de resposta do assassinato da Marielle Franco e sobre a conduta racista praticada contra a advogada Valéria. Após, a Procuradora do Trabalho de São Paulo e Coordenadora da COORDIGUALDADE, VALDIRENE DE ASSIS, falou que o objetivo da audiência pública é recolher subsídios para uma atuação propositiva pelo Ministério Público do Trabalho; que a audiência não é um fim em si mesmo e que servirá para pautar as ações institucionais. O Advogado da IARA e Representante (licenciado) da Comissão Nacional da Verdade da OAB, **Humberto Adami**, discorreu sobre a

importância de clareza e total transparência nos dados ofertados pelo ambiente corporativo; Falou sobre a atuação do MP estadual no *fashion week* de São Paulo; que foi a uma atuação junto com a Educafro; que a questão da moda é a mesma que se apresenta nas empresas de telecomunicações; falou de alguns papéis relegados aos negros e negras na televisão, sempre colocando a população negra nesse papel de subalternidade; que em vários casos de racismo, não houve condenação; que houve uma condenação da Sony mas apenas financeira; mas que quando esse valor é depositado no Fundo de Direitos Difusos, o dinheiro ali se perde e não volta para combater e financiar ações que visam eliminar o racismo estrutural. Fez a sugestão de uma articulação para possibilitar que haja um direcionamento de verba para tal fim. Lembrou do anúncio da cervejaria Devassa que retirou do ar uma propaganda de cerveja de cunho racista. Falou que não mais deveríamos estar num momento de sensibilização e conscientização uma vez que agora é o momento de ação. Falou sobre a novela “Segundo Sol” da Globo e do “trauma coletivo”, dos resquícios da escravidão e da passividade da sociedade brasileira em enxergar e discutir o racismo. Comentou sobre o caso da advogada Valéria e sobre o desagravo que irá ocorrer segunda feira. Na verdade, estamos aqui falando da “chaga da escravidão brasileira” e que precisamos enfrentar de frente e com coragem essa temática. Citou a importância da cota nas listas da OAB e nas diretorias das seccionais e com uma composição mais plural e representativa. Ressaltou a importância do trabalho que está sendo realizado pelo MPT no GT de Raça e também com o monitoramento dos Pactos de Inclusão Racial do DF e São Paulo. E que iniciativas como essa não podem ficar adstritas a poucos estados. É preciso a concretização de resultados neste momento o foco precisa ser esse agora o de produção de resultados. Sugeriu “quanto vale financeiramente? Pesada multa pela reinserção do racismo todos os dias nas novelas. Lei 10.639/03 e 11645/08 – Lei da cultura africana nas novelas. Encerradas as falas dos especialistas, foi aberta a audiência para falas de representantes de empresas de televisão. O advogado da **ABERT**, Dr. Ciro Fernando de Almeida, que congrega mais de 300 emissoras e mais de 3000 rádios e que possui como missão a concretização de tudo o que foi falado na audiência. Falou da importância do tema que foi trazido pelo movimento negro, acolhido e trazido pelo MPT e que está sendo acolhido pela Associação. A representante ressaltou que o tema é muito importante, que estão aqui com o objetivo de ouvir e tratar com responsabilidade a temática. Que por parte das empresas não existe institucionalizada uma rejeição de adoção das diretrizes apontadas nas notificações recomendatórias. No entanto, que um dos princípios da associação trata da preservação da liberdade de expressão desde a época em que foi formalizada a associação, ainda na época da ditadura. Que repudiam qualquer tipo de controle artístico levado a cabo pelo Estado. Que prezam pela liberdade de expressão como instrumento garantidor de democracia. Que estão num momento em que podemos falar livremente sobre a temática. Que tivemos recentemente restrições de exposições de exposição bem como de proibições levadas a cabo pelo judiciário. Que se preocupam com essas proibições e que o objetivo da ABERT é de defesa absoluta da liberdade de expressão e que os parâmetros, portanto, não podem ser impostos pelo Estado. Isso não quer dizer que não deve ocorrer uma construção coletiva no sentido de combater o racismo estrutural que está posto na sociedade brasileira. Mas que o próprio enfrentamento ao racismo encontra na liberdade de expressão um aliado para o seu enfrentamento. Que a notificação

recomendatória encaminhada pelo MPT e pelos movimentos sociais foram e estão sendo levando em conta para superar os problemas, mas que as mesmas precisam passar pela liberdade de expressão como indutor de democracia. Após, a representante da Coordigualdade Dra. **Valdirene Assis** destacou que a notificação recomendatória do MPT não constitui mero conselho ou sugestão, constituindo instrumento de atuação do parquet na exigência de cumprimento de preceitos fundamentais, em âmbito promocional. Que o objetivo é inicialmente pelo diálogo, mas que pode ocorrer a judicialização caso as diretrizes ali postas não forem aceitas. Que existe diferença entre as notificações encaminhadas pelo MP e pelos movimentos sociais. Falou que não existe direito absoluto, nem o direito à vida já que existe até pena de morte. Relembrou os termos do Estatuto da igualdade racial dirigido às empresas de telecomunicações. Falou que o objetivo do MPT é verificar, no terreno do promocional, mostrar o quanto pode ser feito em promoção da igualdade racial. Que não se trata de violação da liberdade de expressão eis que, em momento algum, se adentra o tipo de encaminhamento a ser dado a obra, mas o que se busca é o respeito à igualdade material que deva existir entre a população negra e branca. Novamente o representante da ABERT reafirmou que a notificação será analisada por cada empresa e que o posicionamento da associação é de reafirmação de liberdade de expressão plena. E que sob os óculos da plena liberdade de expressão é que as diretrizes serão analisadas. Reiterou que a posição da associação não é de enfrentamento, mas de construção pautada em liberdade de expressão. Após, foi passado um vídeo trazido por Mombaça. Pela **Abratel**, representando a Record rede TV e outras emissoras, na pessoa de seu patrono Dr. Cláudio Paixão, declarou a dificuldade que enfrentam para competir em pé de igualdade. Tudo que está sendo colocado é muito salutar. Que a Record se coloca como parceira para trilhar o melhor caminho em busca da igualdade. Que existe uma comissão de diversidade para discutir a questão dos roteiros, recursos humanos etc...Após, foi ouvido o representante da Record, manifestando “Eu sei o quanto sofremos, o quanto batalhamos, para pelo menos tentar competir em pé de igualdade. Competição entre pessoas há uma dificuldade na formação. Tudo o que está sendo colocado é muito salutar. A RECORD se coloca como parceira para trilhar o melhor caminho em busca da igualdade. A Dra. Elisiane pontuou que a notificação recomendatória endereçada à Record não foi respondida a contento e isso terá consequências no âmbito do procedimento. Após, foi aberta a palavra à plenária, manifestando-se Claudia, CEVENDE, representante da **UNEGRO** mencionou que a ACP em Salvador – A Globo respondeu que a conduta está correta e é visível o descumprimento do Estatuto e a não representatividade de negros na novela, inclusive os papéis que foram “arranjados” após essa movimentação quase representam uma senzala, em razão da segregação dos negros numa família inserida no roteiro. Ruth Sales – **Movimento de Mulheres Negras e Líder da ALERJ**. Declarou não existirem deputadas negras. Evidenciou o embranquecimento nos espaços de poder. Mencionou um desafio feito, de se entrar em um Shopping e buscar onde estavam os negros. Estavam atrás, nos almojarifados, já que não são aceitos em razão de seus perfis. Almir Aguiar – **INSPIR e Confederação Nacional do sistema Financeiro e Secretario de Combate ao Racismo no PT do RIO**. Registra a homenagem a Prudente. Mencionou a novela “Segundo Sol” tem, praticamente três negros, colocados num casarão, uma espécie de senzala. Citou o aumento de bancários negros e negras

durante governos Lula e Dilma. Em Salvador, existem agências que não possuem nenhum negro trabalhando. Relembrou que anos atrás o MPT fez uma intervenção no shopping na Bahia, devido à falta de funcionários negros. Menciona que os dados trazidos por Joel Zito desmontam a argumentação das empresas no sentido de que estão fazendo inclusão. Também ressalta a força e luta que Mombaça traz na sua fala. Ainda, destaca que o presidente do Sindicato dos Artistas é negro e toda vez que acaba a novela está a assinatura do SATE, por isso seria interessante uma articulação com o Sindicato. Pela Dra. **Valdirene Assis**, em relação ao Sindicato, que será realizada reunião específica com o Sindicato, a bem que sua contribuição seja devidamente considerada pelo GT de Raça do Ministério Público do Trabalho, o que não foi possível nesta oportunidade, lamentavelmente. O Sindicato terá sua manifestação registrada nos autos do procedimento que tramita no MPT/RJ.

Integra a presente ata o texto-base das falas dos especialistas Joel Zito Araújo e Angélica Basthi. Encerrados os trabalhos, a partir dos elementos de informação colhidos, o GT Raça da Coordigualdade do MPT definirá os encaminhamentos nos procedimentos promocionais em face das empresas de televisão de canais aberto, objetivando o efetivo cumprimento das notificações recomendatórias e/ou outras ações com vistas à inclusão de negros e negras no mercado de trabalho, com foco na importância sobretudo da representatividade negra na televisão para o enfrentamento do racismo estrutural na sociedade brasileira. A audiência pública encerrou-se às 15 horas. A presente ata vai assinada pelas Procuradoras do Trabalho que presidiram a audiência, bem como pelas demais integrantes do GT Raça presentes ao ato e segue acompanhada das listas de presenças devidamente assinadas.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2018

**VALDIRENE DE ASSIS**

**Coordenadora Nacional da Coordigualdade**

Procuradora do Trabalho em São Paulo

**ELISIANE DOS SANTOS**

**Coordenadora do GT de Raça do MPT**

Procuradora do Trabalho em São Paulo

**LUCIANA TOSTES DE GUADALUPE**

**Membro do GT Raça do MPT**

Procuradora do Trabalho no Rio de Janeiro

**LUDMILA REIS BRITO LOPES**

**Membra do GT Raça do MPT**

Procuradora do Trabalho no Distrito Federal